EDITAL n.º 1/2022

Sob proposta da Comissão Coordenadora dos Mestrados em Ensino da Universidade de Lisboa, procede-se à publicação do Edital relativo à abertura da 1.ª fase de candidaturas aos Mestrados em Ensino para o ano letivo de 2022/2023, de acordo com o Regulamento de Estudos de Pós-Graduação da Universidade de Lisboa e nas condições a seguir indicadas:

1. Cursos e Vagas

- Mestrado em Ensino de Artes Visuais no 3.º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário – 20 vagas;
- Mestrado em Ensino de Biologia e de Geologia no 3.º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário – 15 vagas;
- Mestrado em Ensino de Economia e de Contabilidade – 15 vagas;
- Mestrado em Ensino de Física e Química no 3.º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário – 15 vagas;
- Mestrado em Ensino de História no 3.º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário – 15 vagas;
- Mestrado em Ensino de Informática – 15 vagas;

2. Requisitos de admissão

2.1. São admitidos como candidatos à inscrição, nos termos do disposto no decreto-lei n.º 79/2014, de 14 de maio, cujo anexo foi alterado pelo art. 7.º do decreto-lei n.º 176/2014, de 12 de dezembro de 2014, aqueles que satisfaçam cumulativamente as duas condições seguintes:

a) sejam titulares de um dos seguintes graus:

   i. licenciado ou equivalente legal na(s) área(s) científica(s) do ciclo de estudos;
   ii. grau académico superior estrangeiro conferido na sequência de um 1.º ciclo de estudos organizado de acordo com os princípios do Processo de Bolonha por um estado aderente a este Processo na(s) área(s) científica(s) do ciclo de estudos;
   iii. grau académico superior estrangeiro na(s) área(s) científica(s) do ciclo de estudos, que seja reconhecido como satisfazendo os objetivos do grau de licenciado pela Comissão Científica dos mestrados em Ensino;

b) tenham obtido, quer no quadro da habilitação académica a que se refere a alínea anterior, quer em outros ciclos de estudos do ensino superior, os requisitos mínimos de formação fixados para o ingresso na respectiva especialidade de acordo com a alínea b) do n.º 3 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 79/2014, de 14 de maio, cujo anexo foi alterado pelo artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 176/2014, de 12 de dezembro de 2014.

2.2. Podem ainda candidatar-se ao ingresso num ciclo de estudos conducente ao grau de mestre numa das especialidades referidas no Anexo ao decreto-lei n.º 79/2014, de 14 de maio, alterado pelo artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 176/2014, de 12 de dezembro de 2014, aqueles que reúnam as condições a que se refere a alínea d) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, na sua redação atual, e satisfaçam os
requisitos mínimos de formação fixados para o ingresso na respetiva especialidade constantes do mesmo anexo.

2.3. Podem igualmente candidatar-se ao ingresso num ciclo de estudos conducente ao grau de mestre numa das especialidades referidas no Anexo ao Decreto-Lei n.º 79/2014, de 14 de maio, alterado pelo art. 7.º do Decreto-Lei n.º 176/2014, de 12 de dezembro de 2014, aqueles que apenas tenham obtido 75 % dos créditos dos requisitos mínimos de formação fixados para a respetiva especialidade no mesmo anexo, ficando, neste caso, a inscrição nas unidades curriculares das componentes de didáticas específicas e de iniciação à prática profissional, incluindo a prática de ensino supervisionada e outras definidas pela Comissão Coordenadora dos Mestrados em Ensino, condicionada à obtenção dos créditos em falta, de acordo com o previsto no n.º 6 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 79/2014, de 14 de maio, alterado pelo art.º 7.º do Decreto-Lei n.º 176/2014, de 12 de dezembro de 2014.

2.4. São aceites condicionalmente os candidatos que, no momento de apresentação da sua candidatura, ainda estejam na fase final de conclusão da licenciatura, devendo realizar a prova escrita de português a que se refere o ponto 4.1.1. e apresentar certidão de licenciatura ou de grau académico equivalente até 19 de agosto do ano em curso.

3. Processo de candidatura


3.2. Os candidatos devem formalizar a sua candidatura com os seguintes documentos:

i. Documento de Identificação (Cartão de Cidadão, Bilhete de identidade, Passaporte ou outro documento idóneo);

ii. Certidão de licenciatura ou de grau académico equivalente (documentos com discriminação de unidades curriculares realizadas e da classificação final de curso); ou documento oficial onde conste a listagem de unidades curriculares concluídas e a respetiva classificação, bem como a média ponderada pelos ECTS das unidades curriculares realizadas, podendo este ser atualizado até ao dia 8 de julho, no caso dos candidatos que ainda estejam na fase final de conclusão de licenciatura;

iii. Curriculo académico, científico e/ou profissional, com cópia dos documentos a que faz referência;

iv. Outros documentos que o candidato considere relevantes.

3.3. O emolumento a pagar pela candidatura é de 60,00€ (sessenta euros), não havendo lugar à sua devolução, caso o candidato seja excluído ou não seja selecionado.

3.4. Os interessados nos mestrados em ensino com duas áreas disciplinares podem contactar a Comissão Científica do respetivo mestrado, a fim de confirmarem se reúnem as condições exigidas para poderem ingressar no mesmo.

3.5. O júri de seleção poderá solicitar ao candidato, para análise em entrevista, os programas das unidades curriculares realizadas da área específica do mestrado a que se candidata e, no caso dos candidatos que ainda estejam na fase final de conclusão de licenciatura, a classificação obtida nas disciplinas realizadas após a submissão de candidatura.

3.6. Os candidatos serão convocados por edital, a publicitar na página eletrónica do IE-ULisboa, para aplicação dos métodos de seleção que exijam a sua participação, com identificação através do número de candidatura disponível no Fénix.
4. Critérios de Seleção e de Seriação

4.1. É condição geral de ingresso o domínio oral e escrito da língua portuguesa e o domínio das regras essenciais da argumentação lógica e crítica, que são avaliados nos seguintes termos:
4.1.1. Prova escrita de português a realizar anualmente, expressamente para acesso a este ciclo de estudos, que é válida por três anos letivos;
4.1.2. Entrevista oral.
4.2. Um desempenho negativo em qualquer das provas previstas no ponto 4.1. resultará na exclusão do candidato.
4.3. Na seleção dos candidatos à frequência do ciclo de estudos será efetuada uma avaliação global do seu percurso, em que serão ponderados os seguintes critérios:
   i. classificação do grau académico de que são titulares nos termos da escala europeia de comparabilidade (artigo 19.º do Decreto-lei n.º 42/2005, 22 de fevereiro) ou do número de ordem da classificação do seu diploma nesse ano (n.º 2, do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 42/2005, 22 de fevereiro), pontuada de 1 a 5. Caso a candidatura não tenha sido instruída com documentação que indique a classificação final de curso, presumir-se-á a classificação de 10 valores; no caso dos candidatos referidos no ponto 2.4. será tida em conta a média ponderada pelos ECTS das unidades curriculares concluídas até ao momento da seriação, presumindo-se a classificação de 10 valores para as unidades curriculares em falta;
   ii. apreciação do currículo académico, científico e/ou profissional, pontuada de 1 a 5;
   iii. classificação obtida na prova de português, pontuada de 1 a 5 pontos;
   iv. resultado da entrevista ao candidato, pontuada de 1 a 5 pontos.

4.4. Os candidatos serão seriados de acordo com a pontuação obtida na seleção.

5. Prazos
5.1. Candidaturas: 3 de maio a 8 de junho de 2022
5.2. Prova de Português: 24 de junho de 2022, às 15h, a realizar presencialmente
5.3. Publicação de resultados da Prova de Português: 14 de julho de 2022
5.4. Publicação de convocatória para as entrevistas de seleção: 15 de julho de 2022
5.5. Realização das entrevistas: de 18 a 20 de julho de 2022
5.6. Publicação das listagens provisórias de resultados: 21 de julho de 2022
5.7. Prazo para reclamações: até 26 de julho de 2022
5.8. Publicação dos resultados finais: 29 de julho de 2022
5.9. Matrícula e inscrição: de 25 de agosto a 6 de setembro de 2022.
5.10. Início das atividades académicas: data a definir.

6. Propinas
7. Disposições finais

7.1. Nos termos das disposições legais em vigor, os candidatos admitidos poderão requerer a creditação da sua formação anterior.

7.2. Em tudo o que não se encontrar previsto no presente edital aplica-se o regime previsto no Regulamento n.º 553/2017, 16 de outubro de 2017.

Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 28 de abril de 2022.

A Coordenadora dos Mestrados em Ensino

Helia Oliveira.

(Prof.ª Doutora Hélia Margarida Pintão de Oliveira)